

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)

As Ciências da Comunicação e sua Atuação Plurifacetada 2

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)

As Ciências da Comunicação e sua Atuação Plurifacetada 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>As ciências da comunicação e sua atuação plurifacetada 2 [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-172-5 DOI 10.22533/at.ed.725201307</p> <p>1. Comunicação. I. Silva, Marcelo Pereira da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.4833</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As pesquisas em Comunicação têm alcançado maturidade teórica, epistemológica, metodológica e social, alavancando um movimento de confluência e interdisciplinaridade na produção científica sobre os meios de Comunicação, as indústrias culturais, os usos e sentidos que os sujeitos atribuem às enunciações midiáticas, modos de consumo de informação, de participação, expressão de vozes, exercício da incontroversa liberdade de opinião e de imprensa, etc.

Verifica-se, hoje, relevante promoção de rompimento de fronteiras e limites no campo da Comunicação, surgindo possibilidades e desafios científicos intrinsecamente vinculados à contemporaneidade, tão fragmentada, líquida e efêmera. Este contexto encoraja os pesquisadores à colaboração em iniciativas de investigação como a deste e-book. Intitulado “As Ciências da Comunicação e sua Atuação Plurifacetada 2”, este livro reúne 14 artigos de pesquisadores de diferentes estados do Brasil, os quais apresentam discussões, análises, teorizações e problematizações que podem conduzir a ações em prol da sociedade, dos sujeitos e das organizações.

A história da pesquisa em Comunicação mostra que olhares transversos sobre um mesmo objeto foram postulados, permitindo reformulações e ressemantizações; alguns determinismos ficaram de lado e as relativizações surgiram como premissas para outras investigações, haja vista a área de Comunicação se encontrar em construção e ser essencialmente transdisciplinar, intradisciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar. A Comunicação é uma grande obra que ainda está em pavimentação.

Considerando a metáfora da obra, cada artigo que constitui este e-book é um tijolo dessa edificação que tem a Comunicação como campo de conhecimento fundamental para a existência humana. As imbricações, diálogos e duelos entre diferentes teorias, metodologias e os resultados apresentados pelos autores desta obra colocam na ribalta novas perspectivas para a compreensão [da] e a existência da vida em sociedade.

A Comunicação é onipresente e sua necessidade confunde-se com o ar, de maneira que (re) conhecê-la ajuda-nos a compreender o homem, pois sua existência se recorta de mecanismos de transformação e múltiplas possibilidades que podem, no devir, tornar o sujeito ativo na produção de seu destino na cotidianidade.

A Comunicação não é a única fonte das dificuldades, necessidades e realizações humanas: ao longo da história, ela foi capaz de acercar-se a alguns mistérios do homem, tais como as origens dos conflitos humanos, a edificação da personalidade, a natureza de algumas doenças mentais e as mudanças sociais. De acusadora a acusada, a Comunicação é um dos pilares que possibilitam a produção de vida e o “viver a vida” nas diferentes mediações socioculturais, já que intrínseca e basilar.

Marcelo Pereira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTÃO DE CRISE, PETROBRAS E REPUTAÇÃO CORPORATIVA: O DISCURSO DA CARTA CAPITAL SOBRE A OPERAÇÃO LAVA JATO	
Ana Carolina Trindade Jéssica de Cássia Rossi Marcelo Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7252013071	
CAPÍTULO 2	13
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DIGITAL: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA CIRCULANTE NO ESPAÇO DE DISCUSSÃO DA ABRAPCORP	
Gisela Maria Santos Ferreira de Sousa Maria do Carmo Prazeres Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7252013072	
CAPÍTULO 3	22
PESQUISA EM COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL A PARTIR DA TEORIA E MÉTODO DE THOMAS ZNANIECKI, EM THE POLISH PEASANT	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.7252013073	
CAPÍTULO 4	34
PORTA VOZES DIGITAIS: O COMPORTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES FRENTE AO CONTRADITÓRIO NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS	
Pedro Augusto Farnese de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.7252013074	
CAPÍTULO 5	48
O USO DE FERRAMENTAS E SOFTWARE EM ABORDAGEM QUANTI-QUALITATIVA: INVESTIGANDO FLUXOS DISCURSIVOS E ÍNDOLE COMUNICATIVA EM MÍDIAS SOCIAIS	
Luciana Saraiva de Oliveira Jerônimo Gisela Maria Santos Ferreira de Sousa Maria do Carmo Prazeres Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7252013075	
CAPÍTULO 6	61
RPC INOVANDO COM O USO DE CELULARES EM REPORTAGENS E AO VIVO	
Michel Hajime Itakura	
DOI 10.22533/at.ed.7252013076	
CAPÍTULO 7	74
TECNOLOGIA E CRISE: AS NOVAS OPERAÇÕES E FUNÇÕES NAS AGÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 2000	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.7252013077	

CAPÍTULO 888

ESPETACULARIZAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO E VIOLÊNCIA EM SITES NOTICIOSOS: AS FACES DA INTOLERÂNCIA

Magno Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.7252013078

CAPÍTULO 9 101

OS ARTIGOS DO SBPJOR SOBRE JORNALISMO E MOBILIDADE

Máira de Cássia Evangelista de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.7252013079

CAPÍTULO 10 113

FAKE NEWS E A CRENÇA NA VERDADE DA MENTIRA

Claudomilson Fernandes Braga

DOI 10.22533/at.ed.72520130710

CAPÍTULO 11 125

O PODER DE INFLUÊNCIA DO INSTAGRAM PARA O CONSUMO: UMA PESQUISA EM UMA EMPRESA DE TURISMO

Juliana Carvalho de Sousa

Joyce Silva Soares de Lima

Anderson Lopes Nascimento

Antônio Vinícius Oliveira Ferreira

Ana Luiza Carvalho Medeiros Ferreira

Francinildo Carneiro Benicio

Yascara Pryscilla Dantas Costa

Lenilton Viana Leal

Dayse Emanuelle Campelo Francisco

Sildácio Lima da Costa

Andreza Cristina de Sousa Fernandes

Fábio Paiva de Lima

DOI 10.22533/at.ed.72520130711

CAPÍTULO 12 144

O USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ARMAZENAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES NA LOGÍSTICA

Antônio Vinícius Oliveira Ferreira

Ana Luiza Carvalho Medeiros Ferreira

Juliana Carvalho de Sousa

Joyce Silva Soares de Lima

Francinildo Carneiro Benicio

Yascara Pryscilla Dantas Costa

Lenilton Viana Leal

Augusta da Rocha Loures Ferraz

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Maria de Lourdes de M. Salmito Mendes

Maurício Mendes Boavista de Castro

Anderson Lopes Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.72520130712

CAPÍTULO 13	156
OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO CONSTRUÍDOS PELOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	
Maria Ivete Trevisan Fossá	
DOI 10.22533/at.ed.72520130713	
CAPÍTULO 14	177
SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> : PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES ENVELHESCENTES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Keila de Sousa Leitão	
Denise de Barros Capuzzo	
DOI 10.22533/at.ed.72520130714	
SOBRE O ORGANIZADOR	182
ÍNDICE REMISSIVO	183

ESPETACULARIZAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO E VIOLÊNCIA EM SITES NOTICIOSOS: AS FACES DA INTOLERÂNCIA

Data de aceite: 07/07/2020

Magno Medeiros

Doutor pela Universidade de S. Paulo (USP), professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ambos da Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: magno@ufg.br.

RESUMO: O presente texto analisa a espetacularização do discurso de ódio e de intolerância veiculada em sites noticiosos e redes sociais. Opta-se por uma análise do discurso crítica a partir de enunciados postados na mídia brasileira. Busca-se tensionar o conceito de práticas discursivas de discriminação e violência ao conceito de ética e responsabilidade social dos sujeitos da comunicação. Por discurso de ódio entendem-se as práticas comunicacionais que visam provocar danos morais e psicológicos a uma ou mais pessoas, buscando inferiorizá-la(s) em razão de suas características como raça, etnia, religião, nacionalidade, filiação político-ideológica, orientação sexual ou outro aspecto passível de discriminação. No discurso jurídico oficial do Brasil, trata-se de crime. A Constituição Federal e a legislação federal vedam completamente tais práticas. O ódio é um sentimento que se reporta a

certas condições sociais e políticas, inseridas em um dado contexto histórico, e não deriva necessariamente de emoções e sensações, tais como tristeza, sofrimento, dor, perda ou irracionalidade. Problematiza-se o conceito de ódio a partir dos conceitos de sensação de injustiça, ressentimento e percepção de verdade. Questiona-se o impacto das narrativas odiosas junto aos receptores, buscando compreender o discurso e as formas de representação da violência na mídia. A representação simbólica da diferença no jornalismo e nos comentários de sites de notícias revela uma face perversa de intolerância e afronta aos direitos humanos. Em face da cultura de ódio, buscam-se caminhos para a construção de uma comunicação mais ética e cidadã e respeitadora dos direitos humanos e dos valores democráticos e cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio; jornalismo; direitos humanos; cidadania; intolerância.

SPECTACULARIZATION OF THE HATE AND VIOLENCE SPEECH IN NEWS SITES: THE FACES OF INTOLERANCE

ABSTRACT: This paper analyzes the spectacularization of hate speech and intolerance on news sites and social networks. It is opted for an analysis of the critical discourse

from statements posted in the Brazilian media. It seeks to tension the concept of discursive practices of discrimination and violence to the concept of ethics and social responsibility of communication subjects. Hate speech means communicative practices that aim to cause moral and psychological harm to one or more people, seeking to downgrade them due to their characteristics such as race, ethnicity, religion, nationality, political-ideological affiliation, orientation sexual or other discriminating aspect. In Brazil's official legal discourse, this is a crime. The Federal Constitution and federal law completely preclude such practices. Hate is a feeling that refers to certain social and political conditions within a given historical context and does not necessarily derive from emotions and sensations such as sadness, suffering, pain, loss or irrationality. The concept of hatred is problematized from the concepts of feelings of injustice, resentment and perception of truth. The impact of hateful narratives on the recipients is questioned, seeking to understand the discourse and ways of representing violence in the media. The symbolic representation of the difference in journalism and commentary on news sites reveals a perverse face of intolerance and affront to human rights. In the face of a culture of hatred, we seek ways to build a more ethical and citizen communication that respects human rights and democratic values and citizens.

KEYWORDS: Hate Speech; journalism; human rights; citizenship; intolerance.

1 | A INTERPRETAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO NO DISCURSO JURÍDICO BRASILEIRO

O presente artigo tem por objetivo analisar a banalização e a espetacularização do discurso de ódio e de intolerância veiculado em sites noticiosos e redes sociais. Opta-se por uma análise crítica do discurso a partir de fragmentos de falas, depoimentos, notícias e sentenças judiciais, postados e relatados pela mídia brasileira. Busca-se tensionar o conceito de práticas discursivas de ódio ao conceito de responsabilidade social dos sujeitos e, no espectro mais abrangente, dos meios de comunicação social.

Por discurso de ódio entendem-se as práticas comunicacionais que visam provocar danos morais e psicológicos a uma ou mais pessoas, buscando inferiorizá-la(s) em razão de suas características como raça, etnia, religião, nacionalidade, regionalidade, filiação político-ideológica, orientação sexual, deficiência física ou cognitiva ou outro aspecto passível de discriminação. No âmbito dos direitos humanos, o discurso de ódio manifesta-se por meio da fala, da escrita, de gestos e demais formas de representação simbólica. É condenável por incitar a violência, a intolerância e a ação discriminatória e por ofender ou intimidar uma pessoa ou um grupo de cidadãos.

No discurso jurídico oficial do Brasil, trata-se de crime. A Constituição Federal, por exemplo, estabelece no artigo 3º, inciso IV, que a República Federativa do Brasil deve “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já o artigo 5º, inciso XLI, reza que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. No inciso XLII deste artigo proíbe-se expressamente toda forma de racismo: “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. (BRASIL,

1988). Os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor, bem como de etnia religião e procedência nacional, são tipificados pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. A nova lei modifica o teor artigos 1º e 20, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 20 Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

A Lei nº 9.459 também altera o Código Penal Brasileiro, cujo artigo 140 é acrescido do seguinte parágrafo: “§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem: Pena: reclusão de um a três anos e multa.” Como se nota, a legislação brasileira veda terminantemente as práticas de preconceito e discriminação, bem como o discurso de ódio contra os grupos socialmente vulneráveis. Com efeito, entende-se que a liberdade de opinião e expressão não é absoluta e possui limites, na forma da lei, de modo a não se exceder em condutas abusivas de intolerância e violência. Em outros termos, a liberdade de expressão é um direito legítimo da sociedade, amparado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal, mas não pode se confundir com o discurso de ódio, que é claramente tipificado como crime no Brasil e na maioria dos países onde impera o Estado Democrático de Direito.

2 | MAPEAMENTO DE PRÁTICAS DISCURSIVAS: ÓDIO, INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO

A análise proposta, aqui, atém-se a fragmentos de textos e imagens articulados em torno de um discursivo marcadamente odioso, intolerante e discriminatório. Não se pretende realizar uma investigação centrada em uma amostra, pois transcende os objetivos do presente artigo. A opção metodológica, neste artigo, pauta-se por uma análise do discurso (ORLANDI, 1999; PÊCHEUX, 1988), a partir de fragmentos narrativos, tendo como eixo central o discurso de ódio. O que importa analisar, qualitativamente, é a consistência argumentativa desse

discurso como prática discursiva de exclusão do outro desde um ponto de vista pervertido de autoridade e verdade, arrogados pelo sujeito perpetrador de atos de violência contra certas pessoas ou grupos os quais buscar rejeitar, discriminar, excluir ou segregar.

Assim, iremos pinçar alguns casos de práticas discursivas postadas recentemente em redes sociais ou na seção de comentários de sites noticiosos por pessoas comuns¹, no ambiente virtual. Seguem, inicialmente, alguns depoimentos² postados no Facebook e no Twitter, que ilustram a prática de racismo e/ou xenofobia. O critério de seleção dos enunciados tem como pressuposto fundamental a relevância, a força e o impacto de sua vinculação discursiva à cultura do ódio, da intolerância e da violência.

(1) Nordestista [sic] não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado. (M. P., estudante de Direito)

(2) Desculpem nordestinos, mas essa região do Brasil merecia uma bomba como em Nagasaki, pra nunca mais nascer uma flor sequer por 70 anos. (I. B., auditora fiscal)

(3) Bando de fdp que destruíram nosso país e a economia por migalhas! Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfolos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e que mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito! (Jovem, Santo Amaro)

Os fragmentos de falas, acima expostos, têm algo em comum: o discurso de ódio. O primeiro enunciado classifica o nordestino (pessoas que nascem na região Nordeste do Brasil) como não-gente, ou seja, como indivíduos desprovidos de humanidade. E, por essa razão, deveriam ser afogados. O teor enunciativo possui duas construções semânticas fundamentais: a) valor depreciativo, pejorativo e desqualificador da pessoa objeto de ataque; b) valor imperativo ou convocatório. Considerando apenas os aspectos essenciais, veja-se, a seguir, a modelização de tais construções.

Construção dos enunciados	Valores semânticos	Sentidos discursivos
“não é gente”	Negação, discriminação	Não humano (sentido pejorativo, depreciativo, odioso)
“por favor”	Benevolência	Benevolência irônica e falsa
“mate um nordestino afogado”	Imperativo ou ordem de execução	Eliminação do outro, do diferente, por meio cruel (convocação à violência)
“Desculpem”	Perdão	Perdão irônico e falso
“essa região do Brasil merecia uma bomba como em Nagasaki”	Julgamento destrutivo	Eliminação total do outro, por meio de violência extrema (destruição nuclear)
“pra nunca mais nascer uma flor sequer por 70 anos”	Consequência destrutiva	Exterminação de longo prazo
“Bando de fdp”	Preconceito, discriminação	Ofensa remete a uma herança maldita: ser filho da puta (preconceito, deprecição, ódio)
“que destruíram nosso país e a economia”	Consequência destrutiva	Culpabilidade pelos danos causados à economia do país, ódio

1 Em razão de privacidade e evitando dar ao artigo uma conotação jornalística, os nomes das pessoas, enunciantoras do discurso, serão omitidos ou grafados apenas com as iniciais.

2 Os depoimentos estão transcritos literalmente visando preservar as características de forma e de conteúdo originalmente apresentadas nas respectivas postagens.

“Desejo do fundo do coração”	Intenção, desejo, vontade	Desejo ardoroso. Ódio como afeto profundo
“que sejam tomados pela desnutrição”	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio da fome e da desnutrição
“que seus bebês nasçam acéfolos”	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio de doença congênita envolvendo os filhos
“que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar”	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio de doenças graves. Menção irônica aos médicos cubanos remete à discriminação destes profissionais
“que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e que mate a todos!”	Consequência destrutiva	Ódio e desejo de vingança por meio do vírus ebola, de alta letalidade. Exterminação total.
Só outra arca de Noé pra dar jeito!	Conclusão destrutiva	Apocalipse. O fim total dos seres humanos por meio de uma solução bíblica.

Quadro 1 – Valores semânticos e sentidos discursivos referentes ao nordestino

O quadro acima revela com nitidez o grau de violência simbólica exalada pelos sujeitos enunciadorees contra os nordestinos. Vale ressaltar que todo este discurso de ódio faz alusão às eleições presidenciais de 2010 e 2014, no Brasil, em que a então candidata Dilma Rouseff saiu vencedora com grande votação na região Nordeste do país. Os sujeitos do Sudeste, aqui mencionados, contrariados com o resultado eleitoral, atribuíram aos nordestinos (historicamente discriminados naquela região), a responsabilidade pela derrota do candidato adversário. É importante salientar que a estudante de Direito, que proferiu o enunciado nº 1, acabou sendo condenada na Justiça pelo crime de preconceito e discriminação de procedência nacional com base na Lei nº 7.716/89. Ao condená-la, a juíza Mônica Camargo enfatizou o efeito multiplicador de uma mensagem de ódio postada na internet: “A palavra tem grande poder, externando um pensamento ou um sentimento e produz muito efeito, como se vê no caso em tela, em que milhares de mensagens ecoaram a frase da acusada”.

Outro caso de grande repercussão na imprensa refere à jornalista negra Maria Júlia Coutinho, a Maju, que foi vítima de comentários racistas na página do Jornal Nacional da Rede Globo. Em reação, a hashtag #SomosTodosMajuCoutinho chegou ao topo dos temas mais comentados no Twitter. Os enunciados a seguir sintetizam a dimensão da narrativa odiosa perpetrada por internautas preconceituosos.

(4) *É uma vagabunda, toda vez que vejo você já penso que vai chover, tudo preto nessa porra. (P.)*

(5) *Não pago energia pra ver essa macaca na televisão. (A.)*

Construção dos enunciados	Valores semânticos	Sentidos discursivos
“É uma vagabunda”	Preconceito, discriminação, injúria	Ofensa remete à condição de desocupado(a), vadio(a), excluído do mundo produtivo (preconceito, discriminação)
“toda vez que vejo você já penso que vai chover, tudo preto nessa porra”	Indução, generalização depreciativa, injúria	Raciocínio indutivo remete ao preconceito racial, relacionando a jornalista negra à escuridão das nuvens em período de chuva. Alusão ao quadro meteorológico exercita um trocadilho racista.
“Não pago energia pra ver essa macaca na televisão”	Finalidade discriminatória, injúria	Como finalidade pervertida, dispender gastos só compensaria em face da estética branca, padrão na TV comercial. Ofensa de “macaca” reproduz um clichê racista.

Quadro 2 – Valores semânticos e sentidos discursivos referentes à jornalista negra

Uma leitura vertical da discursividade acima nos permite compreender melhor a tessitura das narrativas odiosas. Os valores semânticos dos enunciados reportam às noções de preconceito, discriminação, negação, indução depreciativa, consequência destrutiva, julgamento destrutivo, imperativo ou ordem de execução. No eixo vertical, apreendem-se os sentidos discursivos marcadamente odiosos, discriminatórios e de alta intolerância. Os sentidos discursivos proferem xingamentos, recorrem a raciocínios indutivos de teor racista, incitam o preconceito, reproduzem clichês, atribuem culpa, instilam ódio, tecem ironias maliciosas, nutrem o desejo de vingança, convocam à ação violenta, defendem a execução e pregam a exterminação total de grupos, quiçá da humanidade.

Vale, ainda, analisar mais um caso de grande impacto midiático no contexto do discurso de ódio. Em um pronunciamento público no clube Hebraica, no Rio de Janeiro, o deputado federal Jair Bolsonaro proferiu as seguintes palavras:

- (6) *Pode ter certeza que, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro pra ONG.*
- (7) *Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa.*
- (8) *Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.*
- (9) *Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí.*
- (10) *O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles.*
- (11) *Não podemos abrir as portas para todo mundo.*

Construção dos enunciados	Valores semânticos	Sentidos discursivos
“Pode ter certeza que, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro pra ONG”	Preconceito, discriminação, exclusão	Promessa de suposta gestão presidencial reforça o caráter discricionário em relação às ONGs. Exclusão do orçamento público.
“Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa”	Armamento como proteção individual	Política de armamento da população como solução para o problema da violência.
“Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”	Preconceito, discriminação, exclusão	Ódio e discriminação em relação aos povos indígenas e quilombolas. Extinção da política de reservas de terras.
“Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí”	Preconceito, discriminação, exclusão	Exclusão dos povos indígenas do mundo produtivo. Segregação econômica e apoio à extração mineral em terras indígenas.
“O afrodescendente [quilombola] mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”	Preconceito, discriminação, exclusão, injúria racial	Preconceito, ódio, racismo e intolerância em relação às comunidades quilombolas (animais improdutivos, obesos e inférteis). Desperdício de orçamento público.
“Não podemos abrir as portas para todo mundo”.	Xenofobia, discriminação	Fechar as portas a imigrantes e refugiados como ato de xenofobia. Discriminação de procedência nacional.

Quadro 3 – Valores semânticos e sentidos discursivos referentes aos povos quilombolas e indígenas

Trata-se de um contexto em que o deputado age como pré-candidato às eleições presidenciais do Brasil, em 2018. O parlamentar tem como estratégia usar palavras de impacto para ganhar visibilidade na imprensa e nas mídias sociais, especialmente junto aos setores sociais politicamente conservadores. Os enunciados acima se caracterizam pelo alto grau de preconceito, discriminação e exclusão social e xenofobia. E isso fica claro na leitura vertical dos valores semânticos. Assim como resta explícito os sentidos discursivos dos enunciados: ódio, intolerância, injúria, racismo, exclusão de comunidades indígenas e quilombolas e também das ONGs do orçamento público, extinção das reservas de terras, exclusão e segregação social e econômica, apoio à extração de minerais em terras indígenas, defesa da política de armamento da população como solução para a violência e discriminação de procedência nacional.

É importante salientar que o deputado acabou sendo processado e condenado a pagar uma indenização de R\$ 50 mil por danos morais coletivos às comunidades quilombolas e à população negra em geral. Na ação civil pública, os procuradores da República sustentaram que Bolsonaro usou informações distorcidas, expressões injuriosas, preconceituosas e discriminatórias com o claro propósito de ofender, ridicularizar, maltratar e desumanizar as comunidades quilombolas e a população negra. Em sua defesa, o deputado alegou gozar de imunidade parlamentar, sendo inviolável a liberdade que tem para emitir opiniões. No entanto, a juíza Frana Elizabeth Mendes refutou, na sentença, que a imunidade parlamentar não autoriza a emitir opiniões injuriosas, que influenciem negativamente a opinião pública: “Impende ressaltar que, como parlamentar, membro do Poder Legislativo, e sendo uma pessoa de altíssimo conhecimento público em âmbito nacional, o réu tem o dever de assumir uma postura mais respeitosa com relação aos cidadãos e grupos que representa, ou seja, a

todos, haja vista que suas atitudes influenciam pessoas, podendo incitar reações exageradas e prejudiciais à coletividade.”

3 | ÓDIO E INTOLERÂNCIA: A PERVERSÃO DA JUSTIÇA E DA VERDADE

Por meio de mapeamento dos valores semânticos e dos sentidos discursivos, nota-se que o discurso de ódio impera, de forma contundente, como atos de comunicação de caráter essencialmente excludente e discriminatório em relação aos segmentos socialmente vulneráveis. Nos casos analisados, nordestinos, negros, quilombolas, indígenas, imigrantes e refugiados.

Mas o que motiva o ódio? Quais as razões dessa intolerância? Hanna Arendt (1989; 1994) entende que o ódio é um sentimento que se reporta a certas condições sociais e políticas, inseridas em um dado contexto histórico, e não deriva necessariamente de emoções e sensações, tais como tristeza, sofrimento, dor, perda ou irracionalidade.

O ódio não é, de modo algum, uma reação automática à miséria e ao sofrimento; ninguém reage com o ódio a uma doença incurável ou a um terremoto, ou, no que concerne ao assunto, a condições sociais que parecem ser imutáveis. O ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são. Reagimos com ódio apenas quando nosso senso de justiça é ofendido (ARENDR, 1994, p. 47).

O ódio não provém obrigatoriamente de sentimentos melancólicos. O sentimento odioso não se abate sobre as pessoas, cujas condições lhes pareçam inevitáveis ou imutáveis: fatalidades (desastres naturais, acidentes) ou duras realidades sociais e biológicas (pobreza, dominação socioestrutural, doenças). Como afirma Arendt (1994), o ódio deriva de fortes reações ante a uma visão de injustiça, não obstante o caráter variável do conceito de justiça. O sentimento de ódio invade os indivíduos quando o senso de injustiça lhes parece violentado. Cabe, aqui, fazer uma ressalva: em nome de suposta injustiça certas pessoas podem acometer-se de ódio, buscando, assim, justificar ou racionalizar o seu ressentimento. Apoiados em falsa percepção de injusta, praticam-se retaliações e atos de vingança. Com efeito, o que para eles é injustiça, pode-se considerar apenas perda ou sensação de perda de privilégios, inveja ou intolerância ao diferente. No caso do racismo e da xenofobia, o ódio provém de uma reação intolerante ao diferente, ao estrangeiro, ao desigual. A diversidade, em mentes odiosas, lhes soa como injustiça, mas, em verdade, apenas reflete uma falsa sensação de perda de privilégios ante uma sociedade estruturalmente desigual. Trata-se, neste caso, de forjar um espírito negativamente competitivo, em que a arma de luta das pessoas odiosas é a exclusão ou a segregação social, política e econômica. Exclusão das esferas da cultura e da cidadania, por meio de diversas formas de violência e de diminuição do outro.

Ao abordar a questão do ódio, Nietzsche propõe uma correlação com o conceito de ressentimento. Segundo ele, o ressentimento está na base do ódio, na origem e em sua movimentação prática. Por trás do ódio, esconde-se um sujeito ressentido. E o ressentimento

nutre, dissimulada e silenciosamente, desejos de vingança e de retaliação ao outro que, imaginariamente, o ameaça ou o confronta. Mas o autor adverte: “O ressentimento, a ninguém é mais prejudicial que ao próprio ressentido” (NIETZSCHE, 2006, §6). Pois o ressentido se contamina e se afunda em um mar de mágoa, tornando-se escravo de seus rancores e torpes sentimentos. E isso o paralisa até o momento em que se irrompe em discursos ou atos de ódio e violência.

Uma das características marcantes das mentes ressentidas e odiosas é a arrogância da verdade. O sujeito, nessas condições, arroga para si, arbitrariamente, o estatuto da veracidade e da razão. Como dono da verdade, detém o ponto de vista absolutista e essencialista das coisas as quais aprecia, avalia, julga e condena. Às vezes, essa arrogância torna-se convicção ou crença cristalizada, inquestionável, absolutista. Neste caso, caminha-se da pretensa verdade às condutas fundamentalistas. E a história mostra que o fundamentalismo é o berço das piores atrocidades perpetradas contra a civilização.

Nietzsche (1987) questiona o conceito de verdade como algo dado *a priori*. Segundo ele, a verdade é uma criação do homem que aspira atos e estados agradáveis que conservam a vida, funcionando como prática reguladora e avaliadora de comportamentos. Para o autor, a verdade é “um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornam gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas” (NIETZSCHE, 1987, p. 48). Assim, pode-se entender que a verdade é construída discursivamente em um determinado contexto histórico e social. E essa construção apoia-se em convenções sociais, em sentidos partilhados coletivamente. Em outros termos, a verdade não existe de forma absoluta; ela é apenas uma discursividade que se solidifica com base em normas sociais, situadas em um determinado espaço/tempo histórico.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: BANALIZAÇÃO E ESPETACULARIZAÇÃO DA CULTURA DA VIOLÊNCIA E DO ÓDIO

O discurso de ódio, quando banalizado e/ou espetacularizado, tem grande impacto junto aos seus receptores, sejam eles leitores, ouvintes, telespectadores ou internautas. Trata-se de uma discursividade que se irradia velozmente nos meios eletrônicos e digitais, especialmente via mídias sociais. Nas redes sociais, por exemplo, o ato de compartilhar mensagens e imagens de violência redundam em efeito multiplicador, o que acaba por contribuir na construção gradativa de uma cultura do ódio e da violência.

Os afetos – dentre os quais o ódio – estão inseridos organicamente em discursividades. Os afetos constituem discursos e são constituídos por ele em um enlace dialético. E com efeitos pragmáticos, uma vez que transbordam do mundo semântico em direção ao universo

da práxis – mundo competitivo em que o cidadão vive uma luta permanente pela autoafirmação e autodeterminação.

Os discursos de ódio favorecem as práticas fascistas e enaltecem os contextos autoritários e até totalitários, corroendo, assim, a democracia e a cidadania plena. Em face dessas ameaças à cena democrática, os agentes dos processos de comunicação devem enfrentar os processos e práticas midiáticas pautadas pelos discursos de ódio, discriminação e violência. Tal enfrentamento ético não implica apenas em resistir, reelaborar ou criticar os conteúdos midiáticos. Trata-se de superar a dualidade mecânica emissor-receptor e desenvolver um sistema de resposta capaz de promover dispositivos sociais de crítica midiática (BRAGA, 2006). Em outros termos, é preciso implantar mecanismos dinâmicos e permanentes de interação social sobre os processos midiáticos. Isso implica um exercício proativo de ética e responsabilidade social tanto por parte dos agentes quanto dos interagentes dos meios de comunicação.

Quais os impactos potenciais da prolongada e intensa exposição aos discursos de ódio e à violência midiática? Pesquisas em diferentes países revelam que os receptores midiáticos podem aprender e apreender comportamentos e atitudes violentos sob a égide da cultura do ódio e da violência. Uma das mais importantes teses neste campo é a Teoria da Orientação. Nesta perspectiva, o conteúdo da mídia oferece uma orientação, uma estrutura de referência que determina a direção do próprio comportamento do sujeito. A mídia estimula e reforça modelos, principalmente entre as crianças. No entanto, esta orientação depende de muitas variáveis: conteúdo da mídia, frequência, enquadramento, formação e experiências passadas, controle social, ambiente familiar, cultura e situação socioeconômica, etc. A exposição intensa a cenas de ódio e violência torna as crianças, em longo prazo, mais agressivas. Essa agressividade, porém, é maior entre as crianças naturalmente agressivas. Ressalte-se que entre os adolescentes a situação é diferente: depende, em longo prazo, do grau de identificação que estes têm com certos personagens.

Por outro lado, a exploração da violência e dos discursos de ódio na mídia pode provocar um medo exagerado, uma ansiedade incontrolável. Tudo e todos passam a ser suspeitos; a desconfiança passa a ser o código predominante. Entre as crianças, este estado patológico dificulta a distinção entre ficção e realidade. Conforme a psicanalista Raquel Soiler (1981), os teledependentes, sobretudo as crianças, podem estar sofrendo de “televisiosis”, uma espécie de patologia da contemporaneidade. O principal distúrbio deste mal seria uma síndrome de neurose, cujos sintomas são a mania de perseguição, a fobia e a desordem mental.

Os discursos de ódio e violência operam-se, assim, um desinvestimento na ideia do outro como parceiro, como sujeito. O outro é um corpo estranho, um elemento, simplesmente um “outro”. George Gerbner (apud CARDIA, 1994, p. 71) afirma haver o “efeito cultivo”, segundo a qual as pessoas são formadas a partir do bombardeio informativo detonado pelos meios de comunicação. Trata-se de um efeito somatório, isto é, uma exposição excessiva à violência midiática poderia desenvolver certo medo e uma espécie de complexo de vítima.

Por outro lado, as imagens de violência podem acabar funcionando como «válvula de escape», isto é, elas podem contribuir para relaxar as tensões e ansiedades do televidente.

As pessoas se distraem, aliviam os conflitos interiores (JEUDY, 1979). O autor entende que tais imagens tendem a neutralizar as tendências agressivas do sujeito. Isso ocorre porque tais tendências são transformadas, no bojo das discursividades midiáticas, em expressão vicária. Neste sentido, as imagens espetaculares de violência podem ocupar um lugar de satisfação imaginária das frustrações reais. Através dessa espetacularização, aliviam-se as pulsões antissociais e agressivas e arrefece-se a carga pulsional do indivíduo. Resulta-se, assim, que tais imagens acabariam, segundo Freud, exercendo uma função catártica, potencialmente terapêutica. O princípio freudiano de catarse baseia-se, portanto, na ideia de evasão das tensões e pulsões, facilitadas ou viabilizadas através de imagens e narrativas simbólicas. Tal imaginário propiciaria uma satisfação (ilusória) capaz de derrotar (provisoriamente) a eterna condição humana de impotência e de frustração.

Mas as formas de representação e o poder simbólico da violência na mídia não são iguais: eles variam quanto à forma, quanto ao conteúdo e quanto ao valor simbólico e ideológico da imagem ou mensagem. Explicando melhor, vamos pontuar a seguir os fatores (WILSON in CARLSSON, 1999, p. 74-77) que interferem no processo de recepção de imagens de violência, a partir de suas representações na mídia: 1) Natureza do perpetrador; 2) Natureza da vítima; 3) Uso de arma; 4) Extensão e intensidade de violência; 5) Realismo das imagens de violência; 6) Recompensas e punições; 7) Consequências da violência; 8) Humor/sarcasmo. Segundo Bárbara Wilson, há fatores de contexto (explícitos ou implícitos) que podem aumentar a aprendizagem social da violência. Entre tais fatores, citam-se os seguintes: perpetrador atraente, violência justificada, presença de armas, violência explícita, violência real, violência recompensada, violência em clima de humor ou complacência irônica. A violência explícita surge como a mais perniciosa, pois pode provocar tríplice consequência: aprendizagem social da violência, medo e dessensibilização. Entretanto, há imagens e representações simbólicas que podem diminuir essa aprendizagem social negativa: violência não justificada, violência punida e violência em clima de dor, sofrimento, dano e indignação. Neste caso, paradoxalmente, as imagens de violência podem até resultar em uma ação pedagógica de oposição e recusa à cultura da violência.

Outra relevante pesquisa confirma a tese da síndrome do medo. Os pesquisadores Werner Ackermann, Renaud Dulong e Henri-Pierre Jeu (1983) chegaram às seguintes conclusões: a exposição intensa à televiolência pode provocar uma perda de diretrizes éticas e a promoção de uma insegurança e medo generalizados. Essa enxurrada de imagens de violência acabaria deflagrando uma certa espiral de violência na sociedade.

A exposição intensa e prolongada aos discursos de ódio e à violência midiática pode resultar em perda da sensibilidade emocional em relação à violência. A banalização e a espetacularização da violência provocam, potencialmente, indiferença social e política. Neste contexto, a cultura de ódio e intolerância tem contribuído para fomentar o medo e a insegurança entre a população. O pior, entretanto, é o gradual processo de insensibilização decorrente da banalização da violência. Como diz Lasch, os *mass media* facilitam “a aceitação do inaceitável”. E mais: “Amortece o impacto emocional dos acontecimentos, neutraliza a crítica e os comentários e reduz mesmo a ‘morte do afeto’ a mais um slogan ou clichê.”

(LASCH, 1990).

Assim, o discurso de ódio e de violência vem ganhando cada vez mais ares de normalidade e naturalidade, além de estar alcançando uma crescente aceitabilidade social. Este pode ser um dos mais importantes impactos negativos da atual cultura de ódio, cuja tessitura vem se construindo desde uma abordagem espetacularizada e banalizada da violência. Assim, do ponto de vista da mídia, a violência transparece como “papel celofane” (MICHAUD, 1989): brilhante, atraente e espetacular. E, no entanto, nociva, perniciosa e destrutiva.

Trata-se, sem dúvida, de uma questão ética. Segundo Adolfo Sánchez Vázquez (2004), ética é o conjunto de princípios e valores que devem ser seguidos para que se estabeleça um comportamento moral exemplar. A ética não cria a moral, mas se debruça sobre ela, procurando definir princípios gerais que orientam o modo de ser e de agir em comunidade. Em face da moralidade existente e vigente, a ética questiona teoricamente os valores e práticas visando orientar as formas de conduta humana sobre o que se deve fazer em sociedade, conciliando responsabilidade e liberdade, equilibrando as esferas do ser, do querer, do poder e do fazer. Neste sentido, podemos afirmar que a ética é sempre reflexiva, crítica, teórica e questionadora dos valores morais, pois ela estabelece juízo de valores, qualificando-os sobre o prisma do bem e do mal, do justo e do injusto, do correto e do incorreto.

A espetacularização e banalização dos discursos de ódio e de violência afrontam gravemente os direitos humanos. Vale ressaltar que os direitos humanos transitam por todos os segmentos sociais, alcançando todos os partícipes da sociedade. São direitos transfronteiras, que ultrapassam limites de nacionalidade e de Estados. Segundo Norberto Bobbio (2004), os direitos humanos são universais na medida em que é um ideal a ser alcançado por todos os povos e nações. Reside no campo da desejabilidade, pois remetem às coisas que desejamos individual ou socialmente, para o sujeito, sua família, sua comunidade, sua nação, seu mundo histórico. São fins que merecem ser perseguidos. Em suma, podemos definir direitos humanos como direitos fundamentais emanados do princípio à vida digna para toda e qualquer pessoa humana, sem preconceito, discriminação ou intolerância, e independentemente de sua classe social, de sua etnia, de seu gênero, de seu nível de escolaridade, de sua religião, de sua nacionalidade, de sua orientação política, de seu posicionamento político-ideológico (CARVALHO, 2004). As discursividades odiosas estão presentes de forma ostensiva nos meios tradicionais e nas mídias digitais. Cabe aos comunicadores enfrentar e combater o preconceito e a discriminação racial, social, religiosa, política ou cultural nas diversas mídias. Devem, portanto, zelar pela conduta ética, pelo respeito aos direitos humanos e aos direitos de cidadania.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- BARROS, Diana P. Intolerância, preconceito e exclusão. In: LARA, Gláucia P. e LIMBERTI, Rita P. (orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Brasília, DF: Senado, 1997.
- CARDIA, Nancy. Mídia e violência. In: **Comunicação & Política**, v.1, n.2. Rio de Janeiro: dez/94 a mar-95.
- CARLSSON, Ulla e VON FEILITZEN, Cecília (orgs.) **A criança e a violência na mídia**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unesco, 1999.
- CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- GERBNER, G. e POTTER, W.J. Perceived reality and the cultivation of hypothesis. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*. 30(2): 159-74, 1986. In: CARDIA, Nancy. Mídia e violência. In: **Comunicação & Política**, v.1, n.2, dez/94 a mar-95.
- GLUCKSMANN, André. **O discurso do ódio**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.
- JEUDY, Henri-Pierre. **La peur et les media: essai sur la virulence**. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.
- KHALED JÚNIOR, Salah H. **Discurso de ódio e sistema penal**. Belo Horizonte: Casa do Direito; Letramento, 2016.
- LASCH, Christopher. **O mínimo eu - Sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. (Trad. João Roberto Martins). São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MICHAUD, Y. **A violência**. (Trad. L. Garcia). São Paulo: Ática, 1989.
- NIETZSCHE, F. **Ecce Homo**. Covilha: Lusosofia, 2008.
- NIETZSCHE, F. **Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral**. Obras incompletas, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- SOILER, R. **El niño y la televisión**. Buenos Aires: Kapelusz, 1981.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- WILSON, Barbara J. et all. A natureza e o contexto da violência na televisão americana. In: CARLSSON, Ulla e VON FEILITZEN, Cecília (orgs.) **A criança e a violência na mídia**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unesco, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Dejouriana 156
Abordagem Quanti-Qualitativa 19, 48, 49, 58
Abordagens Teórico-Metodológicas 13, 15
Abrapcorp 12, 13, 14, 15, 17, 47
Agências de Comunicação 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85
Ambiente Digital 48, 58
Análise de Conteúdo 19, 35, 40, 46, 109, 111, 126, 131, 142, 156, 158, 161, 176, 177, 180, 181
Armazenagem 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155
Atlas Ti 13, 14, 17, 18, 19

C

Catadores de Materiais Recicláveis 156, 157, 158, 159, 162, 165, 174
Celular 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 139, 164
Cidadania 3, 12, 88, 95, 97, 99, 100, 162, 173
Compra Virtual 126
Comunicação Intercultural 22, 23, 33
Comunicação Organizacional Digital 13, 14, 15, 16, 17, 20
Crenças 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121

D

Direitos Humanos 88, 89, 90, 99, 100, 142
Discurso 1, 5, 7, 8, 9, 11, 49, 59, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 131, 161, 162, 163, 171

E

Educação Superior 48, 49, 52, 58, 178
Endogrupo 113, 117, 118, 120, 121, 122
Espetacularização 88, 89, 96, 98, 99
Exogrupo 113, 117, 118, 120, 121

F

Facebook 34, 35, 40, 45, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 91, 116, 122, 133, 143

G

Gestão de Crises 4

H

Hermenêutica em Profundidade 17

História 2, 6, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 38, 80, 87, 96, 114, 158, 159, 160, 162, 163, 169, 171, 172, 173

I

Imagem Organizacional 34

Instagram 49, 50, 52, 58, 59, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Intolerância 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 100

J

JF da Depressão 34, 35, 41, 42, 44, 45, 46

Jornalismo 2, 8, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 88, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 122, 123, 182

Jornalismo Móvel 101, 103, 104, 107, 110, 111, 112

Juiz de Fora 34, 35, 40, 43

L

Logística 144, 145, 147, 148, 154, 155

M

Mentira 4, 100, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122

Mobilidade 61, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112

P

Paraná 61, 63, 65, 66, 68, 69

Pesquisa Empírica 19, 20, 24, 30, 48, 50, 58

Petrobras 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 82

Prazer 156, 162, 166, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 179

Produção Científica 13, 14, 21

Produção Semântica 48

Professores Envelhescentes 177, 178, 179

Psicologia Social 22, 24, 26, 28, 29, 31, 113

R

Rede Globo 61, 62, 63, 64, 69, 92

Reputação 1, 2, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 37, 39, 83, 138

Responsabilidade Social 88, 89, 97

RPC 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 72

S

Saúde Mental 159, 163, 175, 177
SBPJor 101, 102, 104, 107, 108, 110, 111
Síndrome de Burnout 177, 178, 179, 180, 181
Sistema de Informação 144, 145, 151, 153
Sistema WMS 145, 147, 152, 153, 154
Sites Noticiosos 88, 89, 91
Sociologia 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 33, 123
Sofrimento 88, 95, 98, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175
Software 13, 14, 17, 18, 19, 48, 49, 55, 65, 69, 116, 149

T

Tecnologia 6, 32, 35, 38, 50, 62, 64, 65, 68, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 102, 123, 127, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154
Televisão 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 92, 93, 100, 105, 109, 170
Teresina 125, 144, 145, 147, 151
Trabalho 3, 6, 15, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 38, 40, 41, 45, 54, 58, 62, 63, 64, 65, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 102, 103, 107, 109, 118, 127, 128, 139, 141, 142, 143, 145, 150, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181
Turismo 123, 125, 126, 127, 132, 136, 140, 141, 142

V

Verdade 4, 21, 65, 88, 91, 95, 96, 100, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 138

W

Warehouse Management System 145, 146, 147, 154

As Ciências da Comunicação e sua Atuação Plurifacetada 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

As Ciências da Comunicação e sua Atuação Plurifacetada 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020